



ENTREVISTA

Inclusão e Diversidade de Gênero: sua importância para o fazer extensionista

Lino Gabriel Nascimento dos Santos

Professor Lino Gabriel Nascimento dos Santos é docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) nos cursos de Moda (Graduação), Vestuário e Modelagem (Técnico) e no Ensino de Jovens e Adultos integrado ao Ensino Médio. Atua em pesquisas com abordagem feminista nas áreas de gênero e educação, Teoria Antropológica, performance e performatividades. É mestre e doutorando em Antropologia Social (UFSC). Possui bacharelado em Moda (UEM). Idealizador da Marcha Trans de Florianópolis e Região, Participante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/IFSC), Editor Jr da Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH), Idealizador do Encontro Bafo: Moda e dissidências sexuais e de gênero.

Caminho Aberto (CA): Professor Lino, em suas pesquisas e práticas de extensão, o que tem chamado mais atenção sobre a forma como a inclusão e diversidade de gênero são percebidas e implementadas?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos

Na verdade, me chama mais atenção como elas, infelizmente, não têm sido implementadas. Em geral, continuamos reproduzindo as mesmas bases. Há trabalhos de homens e há trabalhos de mulheres. Pessoas LGBTQs ainda são excluídas do mercado de trabalho e o trabalho ainda é o foco da maioria dos projetos. No âmbito dos projetos de pesquisa e extensão que têm chamado mais atenção sobre a forma como a inclusão e diversidade de gênero são percebidas e implementadas estão os projetos de arte e cultura. Esses são os lugares em que mais se dialoga sobre respeito, diferença, perspectivas, criatividade, consentimento etc. e onde melhor as pessoas são recebidas e tratadas. Também é nestes espaços que vemos essas pessoas rindo, comendo, acessando informações relevantes para a sua vida como direito, saúde, aprendizagens de comunicação, música, cinema, dança. Ou seja, a partir disso, é possível aprender história, ciências sociais, filosofia, biologia, química, português, matemática e física - obviamente dentro de todas as suas limitações, que só podem ser complementadas pelo ensino e pela pesquisa.

Mas, sem dúvidas existem projetos incríveis. Geralmente esses projetos são mais horizontais em que há efetivamente a participação da comunidade, em que há um envolvimento entre as pessoas que participam do mesmo e em que é possível que exista uma aproximação real entre servidores, discentes e a comunidade, trocando experiências e de forma que cada parte possa ser pertinente no processo como um todo. Melhor ainda é quando a comunidade se percebe como protagonista, quando ela percebe que a Instituição é um meio para alcançar ganhos coletivos e quando é ela quem se torna importante para a Instituição.

Caminho Aberto (CA): Considerando as variadas realidades culturais no Brasil, como adequar projetos de inclusão e diversidade de gênero para que sejam eficazes em diferentes contextos regionais?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Retomo que precisamos mudar as bases daquilo que entendemos como o sujeito universal. O sujeito universal é eurocêntrico: ele é branco, sua cultura é europeia, ele é homem, sem deficiência, ele é de classe alta e erudito. Agora, se olharmos pras nossas salas de aulas e para os nossos projetos de extensão, eles são pura inclusão. Temos discentes de diferentes raças e etnias, mães, LGBTQs, com deficiências, de diferentes regiões do país e do mundo em diferentes regiões do país e do estado.

É necessário, portanto, olhar o entorno e ver qual a realidade deste entorno, mas também é necessário olhar além dos muros das nossas instituições. É preciso olhar para as comunidades, para os morros. É preciso abrir os portões. É preciso conhecer os moradores dos bairros, conhecer as lideranças comunitárias e fazer laços fortes de maneira a construir projetos sólidos e que se transformem em programas de maior abrangência e qualidade. É muito comum que a gente crie estereótipos e imaginários sobre como as pessoas são e como pensam, mas quando levamos o diálogo, levamos oficinas, dados e com metodologias adequadas é possível alcançar diversos espaços, uma vez que os assuntos aqui questionados, ou seja, inclusão, exclusão, preconceito a respeito das diversidades de gênero são assuntos cotidianos. Não são as pessoas gênero dissidentes que "puxam" o assunto. Eles surgem no jogo de futebol quando um colega chama o outro de "mulherzinha" ou de "viadinho". Quando por "brincadeira" um garoto diz que agora vai virar "o travesti" para que os amigos deem risada, ao mesmo tempo que A travesti de 16 anos não tem o direito de solicitar seu nome social porque os pais não a aceitam em casa e não pode usar o banheiro feminino porque as colegas e a instituição não a respeitam na escola. Quando o menino trans é chamado de "menina" e tem pânico de usar o banheiro masculino e sofrer abuso sexual e agressão física por parte dos colegas. Então, a agressão silenciosa até a agressão física já estão colocadas para as pessoas trans. É preciso que as pessoas cis também se responsabilizem por esse medo e essa violência que se coloca em todos os lugares, em todas as regiões. E é possível, mas é preciso fazer, com coragem, toda vez que o assunto vem à tona. E ele vem.

Caminho Aberto (CA): Em sua opinião, de que maneira as novas gerações de estudantes estão influenciando as abordagens de inclusão e diversidade de gênero nas instituições de ensino?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Na minha opinião, as novas gerações têm hoje, além de mais direitos, um maior acesso a informações, por um lado, a partir do uso das redes sociais e, por outro, a partir de uma forte batalha dos movimentos sociais para que determinados debates sejam realizados no seio da educação, de forma que essas pessoas podem tomar melhores decisões. Mas essas informações ainda carecem de defesa e proteção e sabendo disso a própria juventude vem reivindicando seus direitos de saber e seus direitos humanos.

Questões de gênero, raça, deficiência, gordofobia, enfim, racismos, machismos, xenofobia, aporofobia e bullying em geral não são novas no espaço escolar. Nesse aspecto, o que muda é que as novas gerações começam a perceber que aquilo que antes era tratado como "brincadeira" não é uma brincadeira e não pode ser tratado como tal. Que aquilo que não se discutia precisa ser discutido e que tem nome. Que este tipo de "brincadeira" tem um fundo de verdade que hierarquiza, que separa, que divide e que humilha. Que tem história, que esta história está na biologia, na química, na física, nas artes e é necessário pensá-las de maneira multidisciplinar.

Caminho Aberto (CA): Que ações você considera importantes para lidar com resistências ou preconceitos em relação à diversidade de gênero dentro das instituições e comunidades atendidas pelos projetos de extensão?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - São necessárias ações em vários âmbitos. Primeiro, sempre, a ação educativa. Nessas ações é preciso pensar que toda a estrutura precisa estar incluída. Depois, acredito que seja realmente necessário criar órgãos de competência para lidar com as questões que chamamos de afirmativas e que são justamente esses organismos que serão responsáveis por pensar inclusive as ações educativas. A meu ver todas as instituições deveriam, a exemplo da UFSC, ter uma Pró-Reitoria voltada para as ações afirmativas. Essas ações são voltadas para o acesso, a permanência e o êxito de estudantes que, sem ações de afirmação (e mesmo com elas), têm dificuldade de chegar, se manter e, quando conseguem se formar, continuar seu processo formativo ou ingressar no mercado de trabalho.

Falando especificamente da diversidade de gênero, ou seja, de pessoas trans, é uma população em extrema vulnerabilidade, que tem dificuldade de alugar moradia mesmo quando tem dinheiro para tal. Que geralmente não tem dinheiro para tal e tampouco para se alimentar. Que precisa se profissionalizar com rapidez, mas que também precisa acessar serviços de saúde, de hormonização e de alterações corporais para que sejam mais aceitas no mundo.

Assim, é preciso educar as pessoas para aceitar as pessoas trans como elas são, em sua diversidade, aceitá-las com ou sem mudanças corporais, por exemplo. Mas, como fazer isso sem que se conheça uma pessoa trans? É importante falar na teoria, mas também é importante que tenhamos essas pessoas acessando, de fato, esses espaços. E, que quando elas acessem esses espaços elas tenham seus direitos garantidos e não sejam ridicularizadas ou encontrem barreiras.

Há, portanto, uma série de ações que precisam ser tomadas e que já estão em andamento em muitas Universidades e Institutos no Brasil, por exemplo, mas que demandam uma mobilização árdua dos movimentos sociais.

Caminho Aberto (CA): Como a interseccionalidade pode ser incorporada de maneira prática nos projetos de extensão que visam à inclusão e diversidade de gênero?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Na prática, uma das políticas das ações afirmativas são as cotas. As cotas servem para que se garanta que haja uma quantidade mínima de pessoas pretas e/ou pardas, com deficiência, em alguns casos mulheres, mães, em alguns casos trans, quilombolas, ciganos entre outros marcadores sociais de diferenças. Mas esta é apenas um tipo de ação prática que se pode adotar. Há muitas. Outra é a própria perspectiva teórico-metodológica do projeto, buscando uma bibliografia e modos de fazer que saiam do eixo norte global e buscando outros tipos de saberes localizados, possibilitando assim também entender o saber do norte global como um saber localizado em si.

Outra ainda, e que considero parte dos próprios objetivos da extensão, é permitir que a comunidade seja protagonista do projeto. Imaginemos nossa escola. Nela há pessoas de diferentes racialidades, de diferentes gêneros, de diferentes gerações, de diferentes sexualidades. É neste cenário que as pessoas de gênero diversos precisam estar e assumir o protagonismo. Para isso, ainda seria necessário que as pessoas extensionistas e que não sejam discentes também fossem de alguma forma subsidiadas para que sua participação fosse ainda mais efetiva. De todo modo, aquelas que podem participar sem subsídio passam a ocupar um outro espaço no imaginário social e que não é mais aquele lugar subalterno e marginalizado.

Quero dizer com isto que, é necessário o contato direto das pessoas com as pessoas trans, negras, com deficiência, gordas, de outros estados e países, de diferentes religiões e sem religião e que elas possam, a partir dos seus saberes compartilhar espaços comuns e produzir saberes científicos a partir tanto dos conhecimentos teóricos quanto práticos.

Caminho Aberto (CA): Você poderia falar sobre a importância de parcerias entre instituições de ensino, ONGs e movimentos sociais na promoção de uma cultura de respeito e inclusão?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Cada um desses atores tem seu papel de forma separada e também, em momentos específicos, assumem compromissos em conjunto. As ONGs, em geral, cumprem a função que o Estado não dá conta de cumprir. Os movimentos sociais, por sua vez, servem como reguladores sociais e formadores de pensadores e estrategistas de políticas públicas, enquanto as instituições, sejam elas de ensino, de direito, ainda que públicas, muitas vezes ficam presas a antigas premissas. Se, por um lado, há pesquisas e projetos de extensão super avançados em termos acadêmicos, por outro também é difícil avançar em termos de direitos mesmo dentro das Universidades e Institutos.

Por exemplo, foi uma ONG, a ADEH, a responsável por instituir o primeiro postinho trans de Florianópolis. A ADEH era presidida por uma travesti. No entanto é e foi necessário o apoio de diversos movimentos sociais que até hoje sustentam sua permanência e lutam por melhorias. O postinho conta também com estudantes extensionistas que desenvolvem ali seus trabalhos e pesquisas. É através deste serviço que pessoas trans acessam gratuitamente um atendimento que é ao mesmo tempo de saúde e de auto estima. Também é um serviço especializado onde as pessoas que trabalham aprendem a tratar as pessoas trans como pessoas, de forma humanizada e com quebra de estereótipos. É por isso que eu considero que este tipo de trabalho integrado, pontualmente, tem suas vantagens. Ao mesmo tempo, é necessário que cada um mantenha seus espaços. A educação não pode invadir os movimentos sociais e vice-versa, ainda que algumas pessoas frequentem ambos os espaços. Um não deve, portanto, ser prerrogativa do outro. A educação, no entanto, tem muito a aprender com os movimentos sociais, uma vez que é com eles que tenta dialogar. Dialogar e não colonizar. Por sua vez, os movimentos sociais demandam também em seu bojo de profissionais com qualificação para levar adiante pautas que lhes são caras.

Caminho Aberto (CA): Quais são as lacunas mais evidentes nas políticas públicas de educação e como elas afetam a promoção da diversidade de gênero nas atividades extensionistas?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Na minha perspectiva, nossas políticas de educação são extremamente avançadas. O problema é que elas são justamente muito boas em teoria e pouco colocadas em prática. Retomo minha noção do sujeito universal e do profissional voltado para o serviço e não para o tratamento humano. Muitas vezes aquilo que aprendemos é voltado principalmente para os conteúdos. Mas, o conteúdo não é tudo. Esse conteúdo precisa ser passado para alguém. Esse alguém fala diferente, entende diferente, vem de um lugar diferente, calcula de maneira diferente. Esse alguém tem uma história de vida, uma família, ama alguém. Além disso, há outras maneiras de produzir arte, de calcular, de construir, de musicar. Percebe? Ainda que existam diretrizes curriculares que percebam as diferenças o que há nas bibliotecas e bibliografias ainda é o mesmo que havia no século XIX ou anterior, e que leva em conta os mesmos conhecimentos, produzidos nos mesmos lugares e com as mesmas premissas.

Por fim, quero dizer com isso que algumas questões são tratadas como questões técnicas e outras são tratadas como questões de âmbito pessoal e, quando muito, cultural, em datas específicas e por determinadas áreas. Esse tipo de divisão impede que as políticas públicas realmente cheguem às pessoas - que não são apenas números de CPF. Elas têm histórias, dizeres, saberes e precisa haver uma troca entre esses saberes locais e os saberes científicos.

Neste sentido, portanto, é preciso falar a respeito de implementação de políticas públicas diversas como respeito ao nome social, ao uso de banheiros, além de oferecer políticas afirmativas de acesso, permanência, conquistas, ocupação de espaço e possibilidade de criar uma linha de fuga dos lugares de marginalidade. Também é preciso que tratemos diretamente sobre direitos sexuais e (não)reprodutivos, sobre identidades de gênero de maneira científica, aberta desde a legislação até a sala de aula. É preciso, portanto, tirar essas temáticas também da marginalidade e tratá-las como temáticas da vida cotidiana, como são.

Caminho Aberto (CA): Na sua experiência, como o uso de tecnologias e mídias sociais têm impactado a conscientização e mobilização em torno das questões de gênero?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Há sempre mais de um lado. Há, na verdade, vários pontos. Há teóricos que falam sobre a "onlife" - a vida *online*, conectada, ligada 24 horas por dia a dispositivos em rede, em que não existe mais uma divisão entre o online e o offline. O mercado, por sua vez, fala de uma certa integração entre o mundo digital e físico por meio da palavra "fígital". O que isso aponta é que as tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) mobilizam de maneiras diferentes questões, inclusive sobre gênero e sexualidade. As *fake news*, as mentiras, não são novas, mas elas ganham uma nova roupagem, uma nova maneira de viajar, expande rapidamente suas fronteiras. Tem aparência de reportagem jornalística, muitas vezes. E com inteligência artificial (IA) é possível fazer com que informações inverídicas sejam supostamente ditas por especialistas, por exemplo, que jamais disseram aquelas coisas. Mas, também é verdade que há muito mais informação de qualidade, informação científica, com dados, a partir de diversas populações sendo construída e distribuída através de grupos e instituições competentes em determinados temas. Como falamos antes a

respeito das ONGs, muitas delas acabam por fazer o papel que o Estado não faz, mas na maioria das vezes elas não dão conta porque a demanda é maior do que seus recursos e sua mão de obra e também porque não deveria ser o seu trabalho. Um dos trabalhos que vêm sendo executados por ONGs é o de levantamento de dados, por exemplo, de quantitativo de pessoas trans no Brasil, quantitativo de dados de violência, mortes. Os dados oficiais não estão preparados para receber as populações trans. Muitas vezes mulheres trans e travestis são colocadas nos dados como homens gays bem como homens trans e pessoas transmasculinas são classificadas como mulheres lésbicas. Os crimes são apenas uma parte desta realidade que também não são classificados nas categorias que deveriam ser, oficialmente, e que as ONGs desenvolveram uma metodologia específica para realizar este trabalho. As redes sociais, por exemplo, são um dos meios de comunicar e distribuir os conteúdos produzidos por estes grupos, além de sites oficiais e páginas diversas. Quanto mais “canais” de comunicação, maior sua possibilidade de alcançar diferentes públicos. Assim também fazem os movimentos sociais, que se conectam e distribuem seu conteúdo de militância através das redes e páginas, e assim, podem formar grupos regionais presenciais para fazer ações permanentes ou pontuais. Nesses grupos também é possível discutir questões muito particulares acerca das suas próprias vivências locais e localizadas, saindo de uma perspectiva dedutiva e encarando materialidades distintas. Portanto, é preciso entender que as questões que sempre estiveram presentes nos contextos sociais apenas migraram para as TICs, e que os movimentos por direitos não apareceram hoje, mas vêm se expandindo, sem dúvidas, bem como vêm expandindo também a violência contra os grupos marginalizados nestes espaços e nos espaços ditos “físicos”. Ou seja, ainda que tenhamos mais informações também o que nos cerca hoje ainda é a violência e a exclusão. Veja bem, o governo anterior propôs um RG que deixa o nome de registro de pessoas trans exposto junto ao nome social. Com o Brasil sendo ainda o país que mais mata pessoas trans no mundo, esta é uma medida que pensávamos que o atual governo retrocederia, a União entrou com um recurso contra a Justiça Federal que havia determinado o respeito ao uso de nome social das pessoas trans, expondo-as o mínimo possível à transfobia. As TICs são as principais responsáveis por distribuir este tipo de informação às pessoas e mobilizá-las contra esse tipo de atitude seja lá de que linhagem de governo venha a ser desde que desrespeite a identidade de gênero e constitua possibilidade de violência à pessoa trans por consequência de sua identidade de gênero. Este é apenas um exemplo, mas o que quero dizer é que as TICs são hoje, novas ferramentas e que é preciso organizar sua utilização de maneira que as pessoas mais vulneráveis não fiquem ainda mais vulneráveis.

Caminho Aberto (CA): O que você acredita ser necessário para que a inclusão e a diversidade de gênero deixem de ser apenas um projeto e se tornem uma realidade intrínseca às práticas educacionais?

Lino Gabriel Nascimento Dos Santos - Acredito que até aqui tenha dado algumas pistas como (i) abrir mão da noção do sujeito universal, (ii) colocar novas práticas de saber como válidas (iii) desmistificar alguns saberes como “técnicos” enquanto outros são “políticos”, e (iv) levar em conta as necessidades e materialidades das pessoas que participam do corpo educacional, podem ser bons começos. É necessário que a gente fale sobre esses assuntos que vêm à tona no dia a dia, como o preconceito que é cotidiano. Aquele preconceito que às vezes é silencioso, mas que vem por meio da evitação, de um olhar. É preciso que pessoas que tenham sexualidades e gêneros dissidentes frequentem todos os espaços, com segurança, sendo respeitadas, com garantia de dignidade e

cidadania como poder usar seu nome, usar o banheiro quando têm necessidade, não serem expostas, não passarem vergonha, ter um grupo com quem consigam realizar os trabalhos. Perceber, através de dados, que podem ser trabalhados na disciplina de matemática, por exemplo, que não são as populações trans, por exemplo, que são aquelas que violentam, mas aquelas que mais são violentadas e que não há motivo para sentir medo desta comunidade, mas, ao contrário, é preciso protegê-la das diversas violências que esta vem passando. E protegê-la não é fazer política de assistencialismo, mas dar a possibilidade de que estas pessoas se desenvolvam em sua humanidade, de forma integral.

Portanto, enquanto não houver pessoas gênero dissidentes ocupando todos os espaços, também como docentes, gestoras, em cargos de poder e confiança, como diretorias, conselhos, ouvidorias, ministérios, secretarias municipais e estaduais, enfim, na governança, também, além do lugar de aprendizado, no lugar daquela pessoa que pode e sabe ensinar e fazer, que é capaz, que é vista com respeitabilidade, enquanto não houver pessoas ocupando esses espaços é difícil falar de inclusão e diversidade senão como um projeto porvir. Mas, há um trabalho fantástico sendo feito e caso não acreditássemos nele sequer chamaríamos de projeto. Um dos projetos em que venho trabalhando, e agora, ao final desta entrevista, talvez venha ao caso mencioná-lo é a Marcha Trans de Florianópolis e Região, a primeira marcha trans do Sul do Brasil, que teve a sua primeira edição em 2023 e que em 2024 se tornou também um projeto de extensão do IFSC. Essa foi uma demanda da comunidade levada até a Instituição que deve ter um papel de apoiadora das causas e lutas trans em diversos âmbitos, seja na área da justiça, da saúde, do direito, da cultura, da educação, do turismo, entre outras e de maneira interdisciplinar.

Entrevista realizada por Fabrício Sprícigo, Doutor em Educação e editor-chefe da revista Caminho Aberto